

Qual o valor de 1 crédito de carbono (tonelada de CO2) no mercado internacional hoje?

Disponível em

<https://credcarbo.com/carbono/qual-o-valor-de-1-credito-de-carbono-tonelada-de-co2-no-mercado-internacional-hoje/>

O mercado de **Crédito de Carbono** é um tipo de commodity bem rentável nos últimos anos. Esse post veio para detalhar o valor de 1 crédito de carbono no mercado fora do Brasil atualmente. Pois o valor de carbono no mercado internacional vem crescendo e vamos explicar o porquê.

De acordo com a pesquisa realizada por Marcio Borges, em 2016, diz que: “o crédito de carbono é uma certificação eletrônica emitida quando há uma redução comprovada de emissão de gases de efeito estufa” e essa temática está sendo pesquisada com frequência na atualidade no ramo da economia e também do direito.

Para começar, este é um investimento de longo prazo para pessoas que desejam investir além de 10 ou 15 anos a posteriori. O termo: Governança Ambiental, Social e Corporativa do qual avalia a consciência em grupo das corporações sobre os fatores ambientais e sociais – que é na tradução literal: Environmental, Social and Governance- (ESG) está correlacionado ao valor de 1 crédito de carbono.

Ou seja, este token digital do qual comprova que específica empresa evitou a emissão de dióxido de carbono (CO2) em um determinado período (geralmente 12 meses). O valor de carbono no mercado internacional cresceu internacionalmente e é comercializado por empresas e pessoas físicas.

Como dito, esse mercado está em ascensão por recompensar o CO2 com a preservação ambiental por meio da plantação de novas árvores. No mais, o post irá definir o preço de um crédito de carbono em 2021.

Abaixo você saberá:

- Quais os benefícios de investir no crédito de carbono?
- Por que o crédito de carbono é para longo prazo?
- Os aumentos nos valores de investimento para 2022 e os motivos?
- O que os especialistas falam sobre o crédito de carbono?
- A perspectiva do aumento neste investimento para 2022?
- Como fazer o cálculo entre crédito de carbono investido e dióxido de carbono produzido?

Quanto custa um crédito de carbono?

Ter um conhecimento prévio sobre o mercado de carbono é essencial para compreender sobre este investimento. Pesquisas como a “Identificação de Oportunidades de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo para o Mercado de Crédito de Carbono nas Cooperativas Agropecuárias Paranaenses”, de Marcos P. Thiesen, já registrava em 2010 que um maior fluxo de adesão surgiria nos anos seguintes.

Isso, de fato aconteceu pois o reflorestamento é um ramo com grande potencial no que tange às instituições. Houve ainda em 2021 um recorde de investimento internacional do crédito de carbono. O valor de tonelada de CO₂ no mercado europeu atingiu aproximadamente 57 euros/ tonelada. Ou seja, R\$365 reais.

Lembrando que o comprometimento com o crédito de carbono é ainda no Brasil facultativo, mas outros países aderiram com grande recorrência a este investimento. Observe o Acordo de Paris que traz nas regras uma regulação de mercado de créditos ambientais, no caso de compra e venda, para que tais créditos excedentes estejam correlacionados à redução de emissões de gases.

Explicação prática de como comprar créditos:

Uma multinacional deseja zerar sua emissão de CO2 e quer **comprar créditos de carbono** para facilitar essa meta. Então, pesquisa se a operação de fato existe, como, o projeto de reflorestamento ou a floresta por está com a documentação em dia. Nisso, passa para a etapa de confirmações que seria se os créditos foram emitidos, validados, certificados (homologação completa) diante as empresas internacionais, pois são estas que fazem a homologação dos projetos de carbono.

Por fim, a instituição confere se os créditos já não foram emitidos para outras empresas, evitando que não haja gasto duplo do mesmo crédito. Aqui, na CredCarbo, nós auxiliamos as empresas que querem **comprar**, em todas as etapas sem burocracias para você.

Você pode **comprar** o crédito de carbono porque deseja ou para compensar o desmatamento provocado pelo seu agronegócio. E ainda rentabilizar e aumentar a renda líquida da sua empresa. Aumentando o valor da sua marca diante ao cliente com a produção que visa o cuidado com o meio ambiente.

Ele é um criptoativo para longo prazo e o valor mínimo de investimento varia de R\$365 reais a R\$9.000,00 reais. O nosso site disponibiliza uma prévia antes da possível compra. Assim, você pode ajudar o planeta e diversificar sua carteira ao mesmo tempo.

Perspectivas de preço

O Mercado de Carbono é uma força contábil e segue crescendo por sua postura dinâmica. Pequenas empresas também usam do acompanhamento das metodologias e pesquisas produzidas nos Programas de atividade atualizados com intuito de implantar os projetos com menores gastos e pouco recurso.

Observar o cenário hoje em dia é crucial para compreender o investimento e aqui, de toda forma, vamos trazer a perspectiva de preço do crédito de carbono. Ele vem crescendo e bateu recordes em 2021, o que provavelmente indica um aumento da procura.

Principalmente o aumento no preço do crédito de carbono estará vinculado pela realidade que vivemos de que uma usina de biodiesel é inviável para cada empresa. Porque os empreendimentos responderam à pesquisa de Marcos P. Thiesen como uma consideração impossível a implantação de novas usinas de biodiesel dentro das empresas. O preço a se pagar é bem mais alto que o investimento em 1 crédito de carbono.

Por fim, o mercado de Urânio também é uma tendência, mas não tão bem avaliada como o valor do carbono hoje.

Como fazer o cálculo do crédito de carbono?

O cálculo é simples: a cada 10 toneladas de dióxido de carbono ou dióxido de carbono equivalente recuperadas por meio de novas árvores você adquiriu 10 créditos. Paga-se para investir neste bem imaterial. Assim, a equivalência é de 10 créditos de crédito de carbono. Ou seja, uma tonelada é igual a um crédito de carbono.

Hoje em dia, há calculadoras de CO2 para especificar quantas árvores são necessárias; e quanto carbono uma árvore de referida espécie produz. Para quantificar especificamente há também outro post no nosso blog e você entenderá o cálculo, com a calculadora.

Assim, o valor de carbono no mercado internacional surgiu em 1992 e está funcionando com maior força com o protocolo de Kyoto de 1997 que é o Acordo

ambiental oficializado durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas a respeito das mudanças climáticas.

Quanto é 1 crédito de carbono em CO2?

Na Noruega, por exemplo, há a oportunidade de neutralizar os danos ambientais até mesmo nos itens de produtos de consumo diário (como um café, um arroz ou a gasolina). É um mercado de compensação empresarial ou individual. Dessa forma, o valor do crédito de carbono em CO2 hoje varia de acordo com o tanto que você deseja investir.

Para entender melhor quanto é um crédito de carbono hoje em dia, segue nas próximas linhas um exemplo de como vender este produto. E assim, quantificar melhor o valor do crédito de carbono em CO2. Inicialmente, o dono do terreno de uma floresta de reflorestamento quer ganhar uma quantia tal para expandir sua floresta e manter as árvores.

Com esse intuito, cria-se um projeto passível de geração de **créditos de carbono** como novas árvores, aplicação de algum projeto de redução de desmatamento e afins. A CredCarbo faz toda essa assessoria para você. Em relação a todas as etapas do processo que são burocráticos.

Desse modo, ao constatar toda a documentação do projeto está em dia, será enviado aos nossos clientes o pipeline personalizado com as etapas que o projeto vai passar. Com isso você consegue se planejar melhor. Após isso, a floresta recebe a visita de fiscais internacionais para validar e fazer a auditoria dos dados do projeto.

Por fim, os créditos são registrados e emitidos por organizações internacionais renomadas e poderá ser feita a comercialização desse crédito. Por possuir várias etapas que demandam tempo e verificações, o investimento de uma tonelada de

crédito de carbono nem sempre é acessível a todas as empresas; mas é muito seguro.

Custo de uma tonelada de crédito de carbono

Parafraseando Caroline Prolo, consultora do International Institute for Environment and Development (IIED), o motivo para o alto custo de uma tonelada de crédito de carbono vincula-se à oferta limitada e a demanda obrigatória nos países do mundo inteiro.

Este é um ciclo que começou a pouco tempo e ele vai demorar anos. Tornando assim uma grande vantagem para quem deseja investir a longo prazo. Como supracitado explicando os preços atuais, o custo vai aumentar ainda mais. Pois os acordos globais querem que os emissores de carbono paguem valores altos a fim de encerrar as poluições.

Desse modo, o custo de uma tonelada de crédito de carbono está em torno de R\$365 reais ou mais. Segundo os dados de Prolo, as afirmações são de que o preço do carbono, principalmente na UE, eleve a níveis suficientemente satisfatórios e altos para de fato ter cortes na emissão de CO₂ na indústria.

O valor comercial do carbono

Pode-se definir aqui entre um valor comercial alto ou um valor comercial baixo. Então, o valor comercial do carbono hoje é alto e os fatores os quais levam a tal elevação nos preços são o investimento político. Pois há uma nova meta sobre a situação climática na União Europeia (EU) que influencia todos os países.

Também está existindo um aumento sobre a demanda por certificados de carbono dos investidores financeiros o que cresce o valor comercial do carbono no Brasil. Esse é outro motivo das altas nos preços.

E quanto vai valer 1 crédito de carbono 2022?

No Brasil os valores de um crédito variam de R\$12,00 reais e chegam até 365,00 reais que o relativo a US\$2 por tonelada. Para saber se o que está pagando pelo valor de um crédito de carbono é justo você precisa ter um conhecimento prévio sobre o mercado de carbono.

Isso é essencial para compreender sobre este investimento. Todo este setor está correlacionado ao reflorestamento que é um ramo com grande potencial no que tange às empresas. Houve ainda em 2021 um recorde de investimento internacional do crédito de carbono e isso aponta valores mais caros para 2022.

O valor da tonelada de CO₂ na Europa atingiu em 2021 cerca de 57 euros por tonelada. Ou seja, R\$365 reais. É crucial lembrar que este tipo de comprometimento com o crédito de carbono (ambiental) é facultativo no Brasil.

Todavia, outros países, como, Argentina, Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Coreia do Sul, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados e na UE aderiram fortemente a investimentos como este em 2021.

No mencionado Acordo de Paris, que traz a regulação do atual mercado de créditos citado no decorrer deste post, indica que haja compensação dessas emissões. Assim, você pode comprar o crédito de carbono pois precisa compensar o desmatamento provocado pela sua empresa ou por desejo próprio.

O importante é rentabilizar e aumentar os benefícios ambientais ao planeta. Com esse criptoativo que em 2022 terá reajustes e aumentos você pode investir de R\$365 reais até R\$9.000,00 reais. As previsões são que nos anos posteriores o preço desse crédito para compra aumente ainda mais. O nosso site disponibiliza uma prévia antes de investir e nossa consultoria. Assim, você pode ajudar o planeta e diversificar sua carteira com o mesmo item.

Por que comprar crédito de carbono?

O grande motivo foi exposto por Christopher Webb, diretor da The Nature Conservancy. Porque investir novamente nas economias de custo de cada ano, como diz o diretor, “poderia aumentar o potencial de redução global geral dos gases de efeito estufa em cerca de 9 gigatoneladas (Gt) por ano em 2030.”

Parafraseando-o, tal conduta dobraria os objetivos que temos em 2021 para redução e afirmaria os compromissos dos países participantes do Acordo de Paris. Além do aspecto ambiental: **comprar crédito de carbono** é rentável e aumenta o lucro líquido da sua empresa. Crescendo assim, o valor da sua marca diante ao cliente.

Saiba como comprar crédito de carbono no Brasil

No Brasil, existe uma grande capacidade de reflorestamento que em outros lugares no mundo não há. E isso atrai investidores do mercado de carbono regulamentado. Entende-se por regulamentado aqueles locais que internamente há leis e regras contra o aquecimento global e têm tetos de poluição.

Porém existem também desafios internos e de fora do Brasil que precisam ser vencidos. Pois o governo brasileiro necessita avançar na regulamentação interna e na regulamentação desse mercado de negociação para o crédito de carbono.

O Brasil tem hoje posse de 40% das florestas tropicais do planeta. Ele é um produtor influente de energia limpa e também é a preferência quando o assunto é mecanismos globais para este anátema. No final, movimentamos aproximadamente US\$ 45 bilhões pela captura de carbono.

Luis Felipe Adaime ressalta a importância desses investimentos para o nosso país nas linhas a seguir.

Hoje em dia, o Brasil tenta criar um marco legal para transitar os créditos de carbono nacionalmente. Há hoje um Projeto de Lei 528/21 (e também a Lei 12.187/09), que visa colocar aqui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) para tal regulamentação.

Para mais, Gustavo Pinheiro, da The Nature Conservancy, propôs que para iniciar um mercado compulsório no Brasil precisamos não perder mais tempo, parafraseando-o. Porque: “As economias que demorarem muito sofrerão consequências ligadas à geração de renda [...]”

Como o Brasil não almeja isso, é preciso saber como [comprar crédito de carbono](#) no Brasil e o meio mais seguro é consultar nos diversos sites que oferecem o produto, comparando preços e certificando a veracidade das informações. Você também pode comprar conosco que possuímos a consultoria como certificação.

Quanto o Brasil tem de crédito de carbono?

De acordo com pesquisas recentes, os motivos que mais fazem o brasileiro investir em crédito de carbono são: a imagem perante o cliente e o engajamento dos

funcionários diante a causa. Outros motivos que estavam listados são: a gestão, a eficiência do projeto, a filantropia e a diferenciação diante ao concorrente.

Assim, o nosso país possui de crédito de carbono cerca de 204 casos em 2012 de acordo com o relatório “State and Trends of the Carbon Market”. Em comparação a outros países do mundo, o valor do mercado de carbono final teve aumento de 11% em 2011. Isso equivale a US\$ 176 bilhões de dólares.

Nos cálculos, essa quantidade de dólar é igual a 10,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono ou dióxido de carbono equivalente. Todos os dados foram retirados do referido relatório e são as informações seguras e as mais atualizadas. Teve sua publicação no ano de 2012 na plataforma do Banco Mundial.

No mais, segue sendo um bom investimento em crédito de carbono, pois segundo a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, disse em discurso que: “uma combinação de preços de carbono em constante aumento e investimento em infraestrutura verde pode aumentar o PIB global em mais de 0,7% ao ano pelos próximos 15 anos”.

Ainda com as palavras da diretora, não vamos atingir as metas de estabilidade do clima diante da análise feita até agora. Ou seja, é preciso que as novas medidas sejam estimuladas e que todos possam aderir a esses métodos.

Conclusão

Portanto, com intuito de promover a cooperação entre todos os países europeus de maneira a limitar o problema do aquecimento global para menos de 2º graus até o fim do século XXI, o mencionado Acordo de Paris trabalha e vê na regulação de um mercado de crédito de carbono como a melhor saída para tal redução.

Ele é um meio complementar do qual não consegue ser utilizado em totalidade, 100% das metas, todavia tem forças de auxiliar a descompensação vivenciada em todo o mundo. Isso ajuda os países a atingirem a diminuição de forma ágil, em

conjuntura com outras atividades de transição energética (claro) para reduzir a problemática.

Conclui-se que o valor de 1 crédito de carbono (tonelada de CO₂) no mercado internacional hoje é alto e varia sendo pessoa física ou jurídica. Já os benefícios são diversos, desde o nome da marca aumentar até a diminuir os emissores de poluição.

Agora que você entendeu com a CredCarbo qual o valor de 1 crédito de carbono (tonelada de CO₂) no mercado internacional hoje, entre também em contato conosco pelo nosso site e descubra mais do mercado financeiro ecologicamente correto.

Palavras-chave: Valor de 1 crédito de carbono; Valor de tonelada de CO₂; Valor de carbono no mercado internacional; Valor do carbono hoje.

Crédito de carbono: O que é, como funciona e o que esperar do mercado

Alasse Oliveira - 23 de abril de 2025

Disponível em <https://blog.aegro.com.br/credito-de-carbono/>

Mercado Agrícola

O crédito de carbono deixou de ser apenas uma promessa ambiental e passou a figurar como uma das moedas verdes mais discutidas do momento.

Com movimentações recentes, como a compra de créditos por parte da Petrobrás e o avanço da regulamentação no Brasil, o

mercado começa a mostrar sua força e atrair olhares de investidores, empresas e produtores rurais.

No campo, a discussão já não gira apenas em torno de “preservar ou não preservar”. Hoje, preservar, recuperar e manejar bem o solo, a floresta e os resíduos pode significar uma nova fonte de receita.

E mais: a geração de créditos de carbono pode valorizar a propriedade, abrir portas para parcerias com empresas e transformar **práticas sustentáveis** em um ativo comercializável.

Neste conteúdo você vai entender como funciona a comercialização, quais atividades geram crédito, como está o mercado brasileiro em 2025 e o que precisa saber para entrar nesse cenário.

Índice do Conteúdo [\[Mostrar\]](#)

O que é crédito de carbono?

O crédito de carbono é uma unidade que representa uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) que deixou de ser emitida ou foi removida da atmosfera.

Essa “tonelada evitada” pode ser transformada em um título e vendida, como uma moeda verde, para empresas ou governos que desejam compensar suas emissões.

A criação desse mecanismo veio com o Protocolo de Quioto (1997) e se fortaleceu com o Acordo de Paris, se consolidando como uma das principais ferramentas para conter o aquecimento global.

No campo, isso se traduz em oportunidades para quem preserva, refloresta ou adota práticas agrícolas de baixo impacto.

Como funcionam os créditos de carbono?

O crédito de carbono nasce a partir de projetos que demonstram a capacidade de evitar, reduzir ou capturar emissões de gases do efeito estufa.

Essas ações são quantificadas por meio de metodologias específicas, validadas por instituições independentes. Após a verificação, os créditos são emitidos e disponibilizados no mercado.

A partir disso, o mercado é dividido em duas modalidades, sendo elas:

- Mercado regulado: Obrigatório em países que firmaram compromissos internacionais. Nele, empresas têm limites de emissão e negociam créditos para se manter dentro das metas;
- Mercado voluntário: Opcional, onde empresas ou pessoas físicas compram créditos para neutralizar suas emissões de forma espontânea.

No Brasil, o mercado voluntário ainda lidera, mas o cenário está mudando com a regulamentação do sistema nacional.

Como funciona a comercialização de crédito de carbono?

A comercialização de créditos de carbono consiste na compra e venda de certificados que representam a redução ou remoção de uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) ou outros gases de efeito estufa (GEE) da atmosfera.

No Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), projetos validados geram Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), que são negociadas com empresas ou países que não conseguiram atingir as metas de redução.

Já no mercado de emissões (cap-and-trade), as empresas com emissões abaixo de seus tetos podem vender créditos excedentes para outras. E com isso existem duas formas principais de venda:

- Negociação direta: entre vendedor e comprador, muitas vezes por meio de contratos bilaterais chamados Emission Reduction Purchase Agreement (ERPA).
- Negociação via bolsa: realizada em mercados organizados, como o europeu, com títulos sendo vendidos em plataformas de negociação.

Assim como qualquer ativo financeiro, o valor do crédito varia conforme a oferta e a demanda, além de fatores como qualidade do projeto, auditoria, rastreabilidade e tipo de certificação.

Como funciona o crédito de carbono no Brasil?

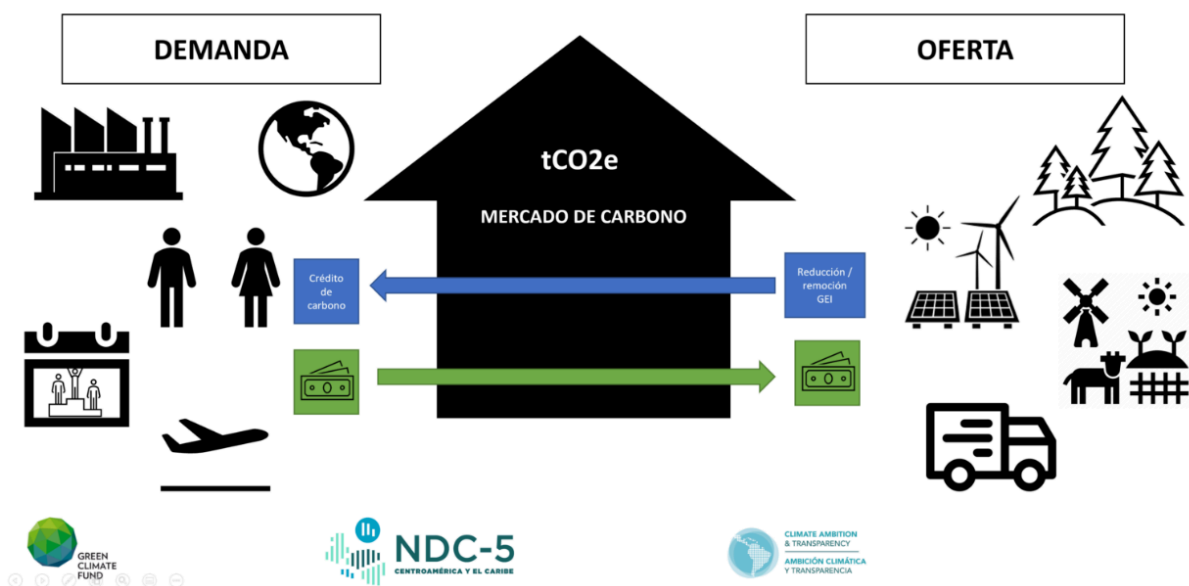
O Brasil vem estruturando seu próprio mercado nacional de carbono. Em 2022, o Decreto 11.075/22 estabeleceu as bases para a criação do mercado regulado.

Em dezembro de 2024, a sanção da Lei do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) deu sequência ao processo de regulamentação.

Esse marco legal prepara o país para ter um sistema estruturado até 2025, com definição clara de setores regulados, registro de projetos e mecanismos de verificação.

Enquanto isso, o mercado voluntário segue como principal caminho para produtores rurais interessados em comercializar créditos.

Estudos mostram que o Brasil pode atender até 37,5% da demanda global do mercado voluntário e 22% do mercado regulado da ONU até a próxima década (ICC Brasil, 2023).



Quais atividades geram créditos de carbono?

A geração de créditos de carbono é um processo técnico, que requer o cumprimento de uma série de etapas para garantir a validade e a confiabilidade das reduções de emissões. Por isso é preciso seguir um processo:

- Elaborar um projeto com base em metodologias reconhecidas;
- Medir a redução de emissões em CO₂ equivalente;
- Registrar o projeto em plataformas como Verra, Gold Standard ou o sistema nacional;
- Passar por auditoria independente;
- Emitir os créditos, que podem ser vendidos.

Esse processo exige conhecimento técnico e costuma contar com o apoio de consultorias ambientais e empresas especializadas.

Como está o mercado de créditos de carbono em 2025?

Em 2025, o setor vive um momento de forte reorganização. O anúncio da Petrobrás e do BNDES sobre a compra de créditos de carbono da Amazônia marcou a entrada de grandes estatais nesse mercado, indicando que a valorização dos ativos verdes está em curso.

Além disso, o mercado voluntário, segundo a FGV (2023), cresceu 236% em volume em 2021, com tendência de alta.

Atualmente, o Brasil ocupa atualmente o 7º lugar no ranking global, com aproximadamente 4,6 MtCO₂e, atrás de potências como Índia, EUA e China. Com isso, se destacam como tendências no setor:

- Aumento da demanda global, especialmente da Europa e Ásia;
- Integração de tecnologias como blockchain para maior rastreabilidade digital;
- Expansão de projetos coletivos com pequenos produtores;
- Crescimento da **agricultura regenerativa** como fonte de créditos de carbono;
- Consolidação do mercado regulado no Brasil até 2025.

Essas tendências apontam para um cenário de maior estabilidade jurídica, valorização dos projetos certificados e uma expansão das oportunidades para o agro brasileiro no mercado de carbono.

Quanto rende 1 hectare de crédito de carbono?

O valor depende da atividade, do bioma e da metodologia usada.

Estimativas médias apontam:

Tipo de Projeto	Créditos/ha/ano	Valor/ha/ano (R\$)
Floresta em pé (REDD+)	5 a 10	R\$ 250 a R\$ 1.000
Reflorestamento	8 a 15	R\$ 400 a R\$ 1.500
ILPF / Agricultura de baixo carbono	1 a 4	R\$ 50 a R\$ 400
Pastagens bem manejadas	1 a 3	R\$ 50 a R\$ 300

O valor do crédito gira hoje entre US\$ 10 a US\$ 30 por tonelada (R\$ 50 a R\$ 150), variando conforme a origem e certificação.

Quem pode emitir crédito de carbono?

A emissão de créditos de carbono está disponível para vários setores, desde produtores rurais até empresas e entidades públicas, além de:

- Proprietários de terra com vegetação preservada;
- Produtores que adotam tecnologias de baixo carbono;
- Cooperativas agrícolas;
- Municípios com projetos ambientais;
- Empresas que promovem práticas de compensação.

A exigência principal é comprovar, com base técnica e documental, que o projeto reduziu emissões de forma real, mensurável e permanente.

Alasse Oliveira

Engenheiro-Agrônomo (UFRA/Pará), Técnico em Agronegócio (Senar/Pará), especialista em Agronomia (Produção Vegetal) e mestre em Fitotecnia pela (Esalq/USP).

Quanto custa o carbono? Plataforma da FGV reúne dados sobre mercado

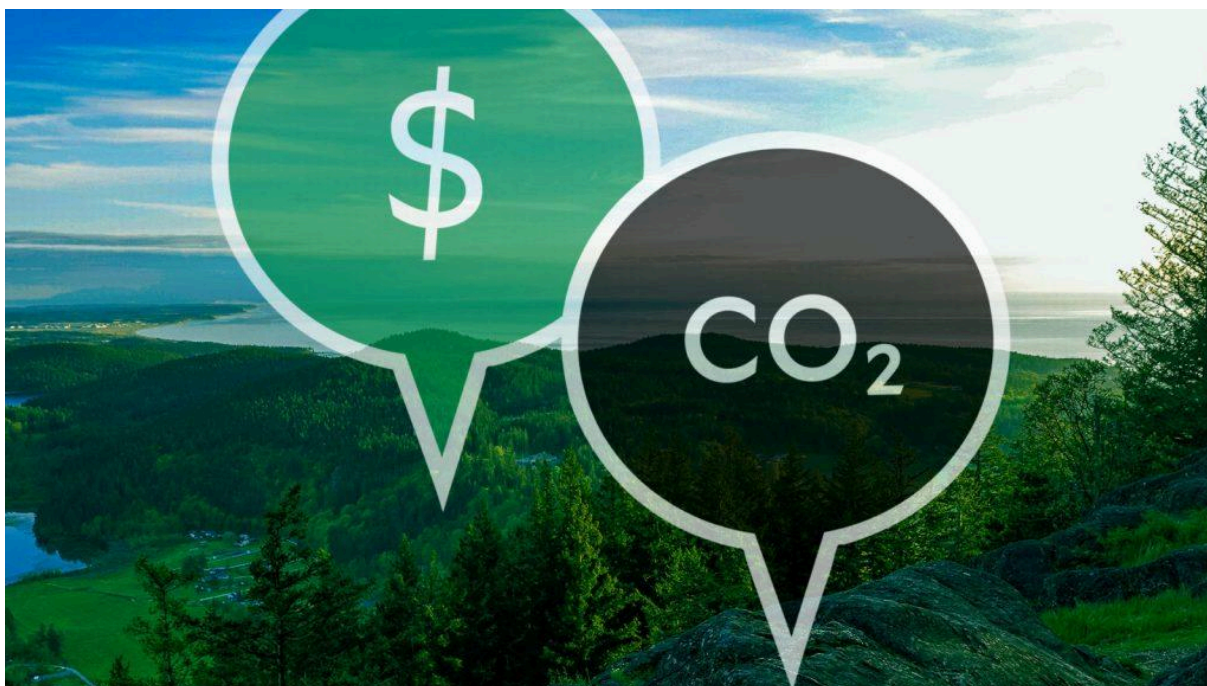
Disponível em

<https://www.infomoney.com.br/negocios/quanto-custa-o-carbono-plataforma-da-fgv-reune-dados-sobre-mercado/>

Companhias precisam comprar esses créditos para compensar emissões de gases de efeito estufa em suas atividades

[Estado Conteúdo](#)

18/09/2022 17h54 • Atualizado 3 anos atrás



Mercado Carbono

Quem deseja saber a cotação da soja ou do petróleo facilmente encontra a resposta nas Bolsas americanas de Chicago e Nova York, respectivamente, que concentram a comercialização dessas matérias primas. Mas, quando o assunto são créditos de carbono, as empresas, carentes de informações objetivas para a tomada de decisões, ainda estão às cegas.

A partir dessa constatação, o Observatório de Bioeconomia, da Fundação Getulio Vargas (FGV), criado no fim do ano passado, decidiu lançar uma plataforma que reúne todas as informações disponíveis sobre o mercado de carbono. A intenção da ferramenta é traçar um raio x das informações sobre créditos de carbono disponíveis, tais como os preços – regulados e livres -, os setores em que esses créditos estão, em qual parte do mundo, quem são as empresas certificadoras e quanto esses créditos cobrem das emissões globais, entre outras informações.

Os dados revelados pela plataforma mostram que na Europa e na América do Norte o preço médio da tonelada de carbono é de US\$ 6. Na América do Sul e na África, sai por cerca de US\$ 4. O menor valor está na Ásia, onde custa US\$ 1,20, e o maior, na Oceania: US\$ 19.

A ferramenta interativa será abastecida por mais de dez fontes oficiais de informações, que vão de órgãos de governo à iniciativa privada, passando por organizações sociais.

COP-26

A precificação desses créditos tem ganhando relevância no Brasil e no mundo desde o fim do ano passado, após a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-26, na Escócia, que definiu os parâmetros universais e básicos para orientar o funcionamento do mercado de carbono, para alcançar metas climáticas.

As companhias precisam comprar esses créditos para compensar emissões de gases de efeito estufa em suas atividades, a fim de ter negócios sustentáveis e que atraiam uma montanha de dinheiro – mais de US\$ 1 trilhão – de fundos de investimentos.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Como funciona a comercialização de crédito de carbono?

Disponível em

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/como-funciona-a-comercializacao-de-credito-de-carbono,88dbbc6d15757810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

Entenda como funciona o mercado do crédito de carbono que tem o objetivo de reduzir a emissão dos gases efeito estufa.

4 min de leitura · Atualizado em 17/04/2023



Você viu em outro artigo que um crédito de carbono é a representação de uma tonelada de carbono que deixou de ser emitida para a atmosfera, contribuindo para a diminuição do efeito estufa. Ou seja, uma tonelada de dióxido de carbono é igual a um crédito de carbono.

O crédito de carbono é a moeda utilizada no mercado de carbono: empresas que possuem um nível de emissão muito alto e poucas opções para a redução podem comprar créditos de carbono para compensar suas emissões. Assim, quanto mais um país ou uma organização se empenhar para reduzir a emissão de poluentes, mais crédito consegue gerar, podendo utilizar esses créditos como moeda de negociação com outros países que não tenham alcançado suas metas de redução.

O mercado de crédito de carbono no Brasil e no mundo

As receitas de crédito de carbono podem gerar US\$ 100 bilhões ao Brasil até 2030, de acordo com um estudo da representação brasileira da Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil). Estima-se que, até 2050, irá movimentar mais de USD 300 bilhões. Atualmente, o mercado de crédito de carbono voluntário é o que gera um maior retorno financeiro no nosso país. Segundo relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV), citando o Ecosystem Marketplace, em 2021, o volume de crédito de carbono aumentou 236% se comparado ao ano anterior.

Até a próxima década, o Brasil tem potencial para suprir até 37,5% da demanda global do mercado voluntário de créditos de carbono e até 22% da demanda do mercado regulado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse potencial econômico foi um dos principais

motivos que estimularam a publicação do [Decreto 11.075/22](#) sobre a regulamentação do mercado de créditos de carbono no Brasil, sendo um ponto de partida para que o Brasil tenha um mercado regulamentado até 2025.

Por enquanto, o mercado europeu responde por cerca de 90% da comercialização de todo o crédito de carbono do mundo. Os principais mercados voluntários de carbono estão localizados na Índia (23,1 milhões de toneladas de CO₂ equivalente), nos Estados Unidos (14,4 MtCO₂e) e China (10,2 MtCO₂e). O Brasil ocupa apenas a sétima posição, com 4,6 mtCO₂e.



Comercialização de créditos de carbono

O mercado de crédito de carbono se estabelece a partir do comércio de emissões de carbono e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Os projetos de MDL aprovados geram Reduções Certificadas de Emissão (RCEs), as quais podem ser negociadas com empresas, indústrias ou países que não atingem as metas de emissão de CO₂.

O mercado de carbono é regulado em cada país por uma legislação. No Brasil, a regulamentação é feita pelo [Decreto nº 5.882](#), de 2006. O mercado de carbono caracteriza-se, basicamente, pela venda dos créditos de carbono entre um país que os detém, ao ter reduzido a sua emissão de dióxido de carbono, e um país que precisa reduzir suas emissões, mas não atingiu as metas.

Quando se trata da venda de créditos de carbono no mercado de carbono, há dois mercados distintos e significativos para escolher.

- Um é um mercado regulamentado, estabelecido por regulamentos de *cap-and-trade* por meio de compromissos assumidos entre países, as empresas têm um limite máximo estipulado de emissões e, a partir disso, podem comprar e vender permissões. O mercado regulatório é obrigatório. Nele, cada empresa que opera sob um programa de cap-and-trade recebe um certo número de créditos de carbono a cada ano. Aquelas que produzem menos emissões do que o número de créditos que lhes são atribuídos ficam com um excedente de créditos de carbono.

- O outro é um mercado voluntário, em que empresas e indivíduos compram créditos (por conta própria) para compensar as emissões de carbono. Essa forma de mercado é opcional, de modo que o crédito de carbono pode ser adquirido de forma voluntária por qualquer país ou empresa interessada em reduzir a emissão de CO₂.

O Protocolo de Kyoto atribui a cada país um determinado padrão de emissões de crédito de carbono a cumprir. Quando uma nação emite menos CO₂ do que a sua meta, pode vender os créditos excedentes para outros países que não cumprem com as metas de nível de emissões estabelecidas. A regulamentação para esses ocorre por meio de um contrato legal denominado de *Emission Reduction Purchase Agreement* (ERPA).

Já o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é destinado especificamente a países em desenvolvimento, que emitem créditos de carbono para apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável, conforme previsto no Protocolo de Kyoto.

Como qualquer outra moeda, o valor do crédito de carbono também varia, sendo influenciado por questões econômicas, mercadológicas e ambientais de cada país. Os títulos de crédito de carbono podem ser negociados diretamente entre comprador e vendedor ou de forma indireta no mercado secundário regulado pela bolsa de valores.

Quem quer, no entanto, entrar nesse mercado, necessita elaborar projetos, o que requer a contratação de profissionais ambientais para calcular a redução de gases do efeito estufa (GEE) gerada pelas iniciativas. Também pode haver a necessidade de uma consultoria especializada para ajudar na comercialização do ativo, já que ainda não há regras claras para o mercado brasileiro.

Como Vender Créditos de Carbono

Disponível em <https://credcarbo.com/carbono/como-vender-creditos-de-carbono/>



*Se você possui um projeto ambiental e busca vender **créditos de carbono**, confira nesse guia que preparamos abaixo todos os pré-requisitos e passos para conseguir comprovar, certificar e comercializar os créditos de carbono de sua propriedade...*

O termo **crédito de carbono** surgiu a partir do Protocolo de Kyoto, elaborado em 1997, com o objetivo de reduzir os danos ambientais provocados pelas atividades humanas. Assim, foi estabelecido aos países industrializados uma meta de redução nos índices de gases de efeito estufa, que estão relacionados ao aquecimento global e outros danos climáticos que impactam diretamente a vida no planeta. Desta forma, os créditos de carbono simbolizam a não emissão de dióxido de carbono.

Por conta da meta de redução, criou-se também um mercado em torno dos créditos de carbono, uma vez que, a cada uma tonelada de carbono não emitido contabiliza-se 1 crédito de carbono. A cada vez que um país ou empresa consegue ficar abaixo da sua meta de emissão de carbono, ele é notificado pelo MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e recebe os devidos créditos de carbono.



Assim, esses créditos além da sua meta de redução, podem ser comercializados para os países ou empresas que não conseguiram ficar dentro da meta. Entenda como funciona o mercado de venda de crédito de carbono.

O que são os créditos de carbono?

Antes de entender como funcionam a compra e venda de crédito de carbono, é preciso compreender o que exatamente são os créditos de carbono. De forma simplificada, este conceito é aplicado aos ativos em carbono excedentes de um país ou empresa. Com a crescente preocupação sobre os danos ambientais e também o apelo urgente pela sustentabilidade, acordos como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, criaram medidas para que os danos ambientais sejam freados.

Os créditos de carbono, como já mencionamos, surgiram visando reduzir os efeitos causados pela emissão de CO₂ na atmosfera. Assim, se busca evitar o aquecimento

global, além de frear outros impactos ambientais, especialmente os climáticos, em um período próximo. Dessa forma, foi estabelecido um limite de emissão de carbono na atmosfera, mas alguns países e empresas acabam excedendo este limite.

Como alguns países e empresas de determinados setores possuem uma emissão inferior, contabilizando o carbono não emitido, se passou a considerar como crédito a quantidade não emitida. Este crédito pode ser comercializado de forma internacional entre países, e também de forma nacional entre empresas. São exemplos comuns de empresas que vendem crédito de carbono as usinas eólicas, hidrelétricas e solares, pois são livres de emissão de carbono.



Mercado de carbono e o Acordo de Paris

O conceito dos créditos de carbono surgiu com o Acordo de Kyoto em 1997, mas foi apenas com a aprovação do Acordo de Paris, em 2015, que a comercialização de créditos de carbono passou a ser um assunto mais urgente.

Neste acordo, foi proposto que o aumento da temperatura média do planeta seja menor do que 2 graus Celsius. Assim, cada país participante fica responsável por diminuir as emissões de carbono em seu território.

Desde então, países e empresas se esforçam para reduzir a produção de CO₂ e, assim, frear o aquecimento global e demais mudanças climáticas provenientes da intervenção humana e industrial no planeta.

Entre as ações tomadas para atingir as metas de produção de carbono no mundo, podemos citar alguns exemplos mais comuns:

- Projetos de reflorestamento;
- Prevenção do desmatamento;
- Projetos de criação/manutenção de usinas de energia renováveis;
- Investir em marketing e campanhas que incentivem o consumo consciente;
- Uso de fontes de energia alternativas e que não sejam de fontes esgotáveis, como por exemplo, as usinas termelétricas que usam combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural).

A partir dessas ações, países, empresas do setor privado e também do setor público conseguem se unir para frear a produção de carbono.

Como funciona a venda de crédito de carbono?

Uma boa parte dos países industrializados não consegue bater sua meta de redução de carbono. Por isso, o mercado de carbono existe como um incentivo e

flexibilização para que os países e empresas possam atingir suas metas mais rapidamente.

Assim, os países podem realizar a venda de crédito de carbono internacionalmente para outros países ou ela pode ocorrer também em território nacional. Para as vendas internacionais, há corretoras especializadas neste tipo de transação, sendo que a principal é a corretora europeia European Climate Exchange.

Contudo, em todo o mundo há a existência do mercado de carbono em território nacional, além de iniciativas individuais para a redução. Quando o mercado é interno, é responsabilidade de cada país regular as vendas e compras em seu território. Há duas principais modalidades para a venda de carbono, além das iniciativas individuais. Entenda como eles funcionam a seguir.

Comércio de emissões

A forma mais comum de vender crédito de carbono é a partir do comércio direto das emissões. Na prática, um país que excedeu o seu limite de produção de carbono compra de outro país uma fatia daquilo que ele não produziu.

Ou seja, se um país ficar abaixo da sua meta, pode vender créditos de carbono para outro país, para que assim haja a compensação nas taxas de emissão de carbono. A transação, desta forma, é considerada unilateral.

Implementação conjunta

Diferente da forma unilateral, desta forma os países atuam em conjunto para frear a produção de carbono. Se um país já sabe que não vai conseguir bater as suas metas de emissão de carbono, pode firmar um acordo com outro país que já sabe que vai ficar abaixo da meta. Assim, eles se ajudam. Para exemplificar, vamos chamar o primeiro país de A e o outro país de B.

Neste caso, o país A entra com investimentos, geralmente em tecnologia. O país B, por sua vez, se torna um hospedeiro desta tecnologia. De forma bilateral, um país desenvolvido aplica uma tecnologia ou inovação no território de um país em desenvolvimento. A não emissão de CO₂ desta tecnologia contabiliza para o país que implementou a tecnologia. Os valores da transação são decididos por meio de acordos internacionais.



Venda de crédito de carbono no Brasil

Segundo a Agência Brasil, o território nacional é repleto de potencialidades para o mercado de venda de carbono. Por ser um país com ampla capacidade de gerar ativos naturais, além de sua quantidade de área verde, que, se preservada em longo prazo, garante a eliminação de CO₂ nos próximos anos. Atualmente não há uma legislação e precificação própria para o mercado de carbono no Brasil, sendo que as transações, quando ocorrem, se dão na maioria das vezes de forma internacional.

O potencial a nível nacional, segundo os defensores deste mercado, garantiria que os grandes emissores de CO2 fossem responsabilizados, de forma a compensar essa emissão. Por outro lado, as empresas “limpas” poderiam se beneficiar financeiramente a partir da venda dos ativos.

Preço do carbono no mercado mundial

A sustentabilidade é um tema cada vez mais urgente no mundo. É por isso que o mercado de comercialização de carbono tem preços muito voláteis, ou seja, de grande oscilação. Governos e empresas têm se esforçado assiduamente para reduzir o desmatamento, manter suas florestas intactas e recuperar a área verde dos países. Assim, com o crescimento das ações de sustentabilidade, o mercado de compra e venda de carbono se tornou bastante lucrativo.

No período entre 2018 e 2021, por exemplo, esse mercado já valorizou 187%, no que diz respeito às unidades comercializadas pelo Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS). Vale lembrar que o preço, neste caso, é calculado em euros. Para os próximos anos, a tendência é que os créditos de carbono tenham ainda mais alta em seu valor de comercialização.

Quais os requisitos para uma empresa vender carbono?

Para que uma empresa seja elegível para vender carbono, é preciso que ela tenha algum tipo de iniciativa relacionada à sustentabilidade. Ou seja, para compensar a produção de carbono, é preciso estar devidamente envolvida com iniciativas ambientais, tais como:

- Plantio de árvores para o reflorestamento ou para que haja absorção do dióxido de carbono;
- Produção de energia limpa e de fontes renováveis;
- Manutenção de florestas e biomas que capturem o CO₂ da atmosfera;
- Investimento em estudos e produção de tecnologias a fim de evitar ou diminuir o impacto ambiental.

Seja qual for a iniciativa, a empresa precisa comprovar a sua atuação e compromisso para com a redução dos danos ambientais. De forma geral, a empresa precisa tanto comprovar que contribui para o desenvolvimento sustentável, como atuar nas melhorias do meio-ambiente, para estar apta a vender créditos de carbono.

Quais tipos de empresa podem vender carbono?

Qualquer empresa que comprovar a partir do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) que possui créditos de carbono, pode realizar a venda, a partir de uma corretora especializada no ramo.

Contudo, no Brasil, 15% de todos os créditos de carbono comercializados vêm da mesma fonte: usinas hidrelétricas, solares e eólicas, pois não são emissoras de CO₂ e, assim, estão elegíveis para a comercialização dos ativos. Ainda assim, é preciso que estejam dentro das condições pré-estabelecidas, conforme citado no tópico acima.

Como comprovar a não emissão de carbono?

Não é uma tarefa fácil vender carbono, isso porque é preciso comprovar a não emissão de CO₂ por meio de certificados. Portanto, as empresas interessadas neste mercado devem, primeiramente, contratar profissionais especializados na área ambiental. É preciso contratar alguém da área de engenharia florestal, ambiental, ou correlatas para conseguir quantificar a produção de carbono da empresa.

Propriedades rurais podem gerar créditos de carbono

Quando falamos em propriedades rurais, também há a possibilidade de gerar créditos de carbono. Para isso, há quatro requisitos básicos para conseguir: o tamanho da terra, sua localização, a taxa de desmatamento e também manter a documentação em dia. Entenda mais sobre eles a seguir.

Tamanho da propriedade

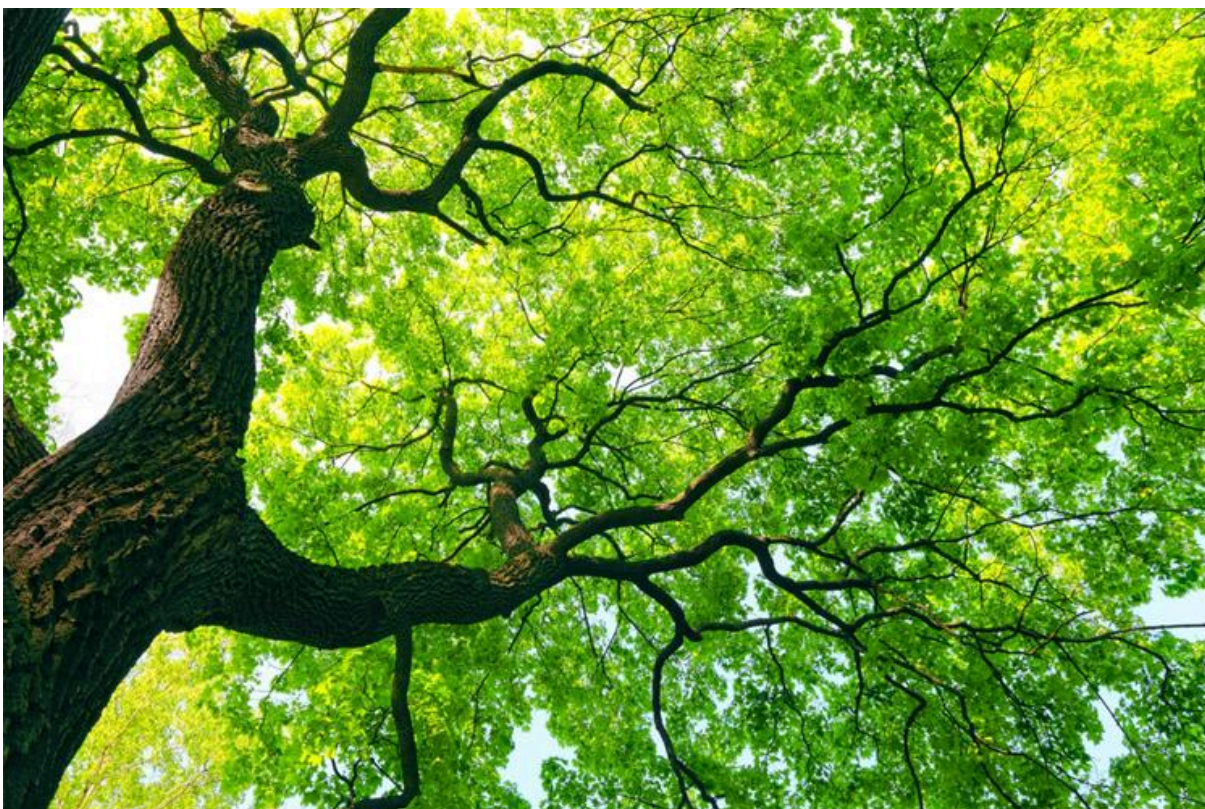
O tamanho da propriedade não é o único aspecto levado em consideração para conseguir comprovar os créditos de carbono. Contudo, as propriedades com 10 mil hectares ou mais são as mais propensas a conseguir gerar créditos de carbono. Mas é preciso se atentar a outros detalhes.

Localização

Além do tamanho da propriedade, a localização pode colaborar para gerar os créditos. As terras localizadas na Amazônia e no Cerrado possuem grandes possibilidades em conseguir, desde que estejam em conformidade com a conservação florestal. Conheça as coordenadas geográficas e se possível, contrate profissionais da área de engenharia florestal ou ambiental para te ajudar.

Documentação em dia

É de suma importância que os documentos estejam em dia para garantir a titularidade dos créditos, além de estar de acordo com as regras para conceder os mesmos. Para isso, é interessante contratar profissionais especializados para manter os documentos em ordem.



Pequenos investidores também podem comprar e vender carbono

Além das já citadas oportunidades do mercado de carbono, os pequenos investidores também podem incluir este ativo em suas carteiras. A moeda “verde”,

como vem sendo chamada pelos investidores, oferece algumas oportunidades para incluir este ativo na carteira. Mas, para isso, é preciso compreender como o mercado funciona.

Conheça duas maneiras de como as pessoas físicas podem investir no mercado de carbono a seguir.

1. Fundos de investimentos: as perspectivas de crescimento são muito boas e os principais fundos na área, já contam com milhões de reais em patrimônio e milhares de clientes. O investimento mínimo normalmente é baixo, a partir de R\$ 100. Se você já investe em ações, consulte sua corretora para saber a disponibilidade desses fundos.
2. Investimento em biocombustível: assim como o tradicional mercado de investimentos em petróleo, há o mercado do biocombustível. Nele é possível **comprar** e vender moedas do que são conhecidos como Créditos de Descarbonização. Ou seja, créditos para compensar a emissão dos combustíveis fósseis.

É possível **comprar** e vender créditos de carbono mesmo sem ter uma empresa de energia renovável ou plantar uma floresta. O mercado de investimentos nesta área no Brasil ainda é pouco explorado, o que pode garantir uma ótima rentabilidade para os investidores experientes e maior diversificação da carteira.

Para te auxiliar na hora de vender créditos de carbono, conte com a assessoria da CredCarbo, entre em contato conosco agora mesmo para verificar a viabilidade de seu projeto.

Opinião

Nova regulação do mercado de carbono: perspectivas e impactos da Lei 15.042/24

Disponível em

<https://www.conjur.com.br/2025-jan-28/nova-regulacao-do-mercado-de-carbono-perspectivas-e-impactos-da-lei-15-042-24/>

Beatriz Cobbo de Lara

28 de janeiro de 2025, 16h21

Ambiental

Entre as questões ambientais, a questão do aquecimento global tem recebido crescente atenção, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Isso se deve ao fato de o aumento da temperatura global ter ocorrido em um curto período de tempo, estabelecendo uma relação de causa e efeito entre o aquecimento das regiões árticas, o derretimento das geleiras, a elevação do nível do mar, o aumento da temperatura média da superfície terrestre, a deterioração da qualidade do ar e o aumento de doenças respiratórias em seres humanos.

No Brasil, a recente Lei 15.042/2024, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 12 de dezembro de 2024, regulamenta o mercado de carbono no país, estabelecendo o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que possibilita a compra e venda de créditos de carbono.

Destaco o artigo 1º, § 2º e 3º, da referida lei, que esclarece que a produção primária agropecuária (como o cultivo de plantas e a criação de animais), assim como os bens, benfeitorias e a infraestrutura em imóveis rurais

diretamente relacionados a essa atividade, não são considerados atividades reguladas no âmbito do SBCE.

Dessa forma, essas atividades ficam isentas das obrigações e regulamentações do mercado de carbono, como a compra e venda de créditos de carbono no âmbito do SBCE. No entanto, isso não impede o produtor rural de tomar a liberdade de implementar projetos de carbono, cumprir as regras estabelecidas e transacionar créditos de carbono no mercado.

Sanções por descumprimento das normas

Outro ponto importante refere-se às infrações e penalidades previstas na legislação. Para as indústrias brasileiras afetadas pela regulação, a legislação estabelece penalidades rigorosas para o descumprimento das normas, como multas que variam de R\$ 50 mil a R\$ 20 milhões para pessoas físicas, além de sanções severas para empresas, com valores não inferiores ao custo das obrigações descumpridas, limitados a 3% a 4% do faturamento bruto da pessoa jurídica, grupo ou conglomerado no ano anterior à instauração do processo administrativo.

As penalidades incluem, ainda, advertência, publicação da decisão condenatória, embargo de atividades, suspensão parcial ou total de operações e restrição de direitos, como suspensão ou cancelamento de registros, perda de benefícios fiscais e proibição de contratar com a administração pública por até três anos.

A preocupação da legislação em estabelecer multas que podem chegar a R\$ 20 milhões ou 3% a 4% do faturamento bruto da pessoa jurídica reflete a necessidade de pressionar os responsáveis pela redução das emissões a cumprir as normas no país. No entanto, é importante ressaltar que a própria legislação internacional e o comércio global também têm contribuído para esse cenário. Um exemplo disso são os países da União Europeia (UE), como

Alemanha, França e Holanda, que têm priorizado negociações de produtos e serviços apenas com aqueles que não apresentam pendências ambientais.

Aspectos tributários

Em relação à tributação, a legislação estabelece que os ganhos derivados da venda de créditos de carbono, das Cotas Brasileiras de Emissões (CBEs) e dos Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVEs) serão tributados de acordo com o perfil tributário do contribuinte.

Por exemplo, para as empresas no regime de lucro real, a norma prevê que as despesas diretamente relacionadas à redução ou remoção de emissões de gases de efeito estufa poderão ser deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Essa dedução abrange gastos administrativos e financeiros necessários para a emissão, registro, negociação e certificação dos créditos e ativos de carbono.

Ainda, para impedir que a tributação seja usada como uma penalidade para emissores que ultrapassem os limites de GEE a legislação, em seu artigo 22, proíbe a dupla regulação institucional e qualquer tributação sobre emissões de GEE por atividades, por instalações ou por fontes reguladas pelo Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Se, por um lado, a seção tributária incentiva as empresas a adquirirem e utilizarem créditos e ativos de carbono de forma frequente, impulsionando a descarbonização, por outro, é claro que isso demanda uma adaptação e reestruturação das empresas em relação à sua estrutura tributária, permitindo que se planejem de forma antecipada para esses custos.

Implementação e repercussão

A legislação prevê e, o governo divulgou, o cronograma para a implementação do mercado regulado de carbono. A primeira fase, de 12 a 24 meses, inclui a criação do órgão gestor e a definição dos setores regulados. Na segunda fase, será implantado o sistema de monitoramento e verificação de emissões. A terceira fase, após 24 meses, envolverá a apresentação de relatórios de emissões pelas empresas, gerando dados para o primeiro Plano Nacional de Alocação. A quarta fase abrange a publicação do plano e a realização dos primeiros leilões de CBEs. A quinta fase consiste na implementação plena do mercado, com o primeiro leilão e o início do mercado secundário para negociações.

A realidade é que surgem tanto opiniões favoráveis quanto contrárias à recente legislação, como por exemplo:

Entre os pontos positivos da referida lei, destacam-se a redução das emissões de gases de efeito estufa, a promoção da inovação e o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias mais eficientes em termos de energia e captura de carbono. Além disso, o mercado de carbono fomenta a sustentabilidade, pois empresas que investem em práticas mais verdes podem se beneficiar de incentivos financeiros, promovendo a responsabilidade empresarial. Também há a possibilidade de criar um comércio global de créditos de carbono, facilitando o alcance das metas climáticas por parte de países e empresas.

Entre os pontos negativos, destacam-se o risco de “*greenwashing*”, no qual empresas comprem créditos de carbono sem adotar práticas realmente sustentáveis; o impacto nos custos empresariais, que pode encarecer produtos e serviços; a desigualdade entre países e empresas, com os mais ricos tendo mais facilidade para comprar créditos, o que dificulta o cumprimento dos padrões por países e empresas mais pobres; e problemas de monitoramento e

fiscalização, que podem resultar em fraudes ou falhas na execução, comprometendo os objetivos climáticos.

Como qualquer legislação, a recente Lei 15.042/2024 que institui o SBCE; e altera as Leis nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), requer ajustes e regulamentações adicionais para detalhar com mais precisão certos segmentos do mercado. No entanto, é inegável que essa legislação, tão aguardada, representa um avanço significativo no compromisso do Brasil com uma economia de baixo carbono, ao oferecer maior segurança jurídica e estimular a participação do setor privado no processo de descarbonização.

Beatriz Cobbo de Lara

é mestre em Direitos Fundamentais e Democracia, especialista em Direito Tributário, em Direito Civil, em Relações Internacionais e Diplomacia, em Direito Público e em Direito Aplicado.

TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Sancionada a lei que estabelece as bases para um mercado regulado de carbono no Brasil

Disponível em

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/Sancionada-a-lei-que-estabelece-as-bases-para-um-mercado-regulado-de-carbono-no-Brasil>

Com a legislação, país avança em mais um programa do Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica

Publicado em 12/12/2024 12h43 Atualizado em 13/12/2024 10h53

A [Lei nº 15.042 de 11 de dezembro de 2024](#), que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), foi publicada, nesta quinta-feira (12/12), no Diário Oficial da União. A medida estabelece as bases para a criação de um mercado regulado de carbono no Brasil. A nova legislação permite que as emissões de gases poluentes se revertam em ativos financeiros negociáveis, o que atrai investimentos internacionais, fomenta a preservação ambiental e gera novas oportunidades de renda para os brasileiros. A sanção da lei foi anunciada durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, em Brasília, que contou com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O Brasil entra, dessa forma, para o grupo de países que possuem um sistema regulado de precificação de carbono, o que fortalece sua posição no cenário global de combate às mudanças climáticas. Para além do reconhecimento internacional, a nova lei cria segurança jurídica e estimula a participação do setor privado na agenda de descarbonização, um dos compromissos assumidos pelo país em sua [Contribuição Nacionalmente Determinada](#) (NDC, na sigla em inglês) -- documento do governo brasileiro que registra os principais compromissos e contribuições Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

O mercado regulado de carbono representa uma mudança significativa na forma como as emissões de gases de efeito estufa (GEE) são controladas e monetizadas. “Para a gente enfrentar o aquecimento global, precisamos de uma mudança estrutural nas nossas atividades econômicas. Parte significativa disso é a gente incentivar métodos de produção menos poluentes e desenvolver atividades que reduzem ou removem emissões de gases de efeito estufa. A ideia do mercado de carbono é buscar dar um retorno financeiro para as pessoas e empresas que

desenvolvem atividades de descarbonização, inclusive com investimentos em inovações tecnológicas”, explica o coordenador-geral de Finanças Sustentáveis da Secretaria de Política Econômica (SPE) Ministério da Fazenda, José Pedro Bastos Neves.

“Este é realmente um marco no compromisso do Brasil com a agenda de economia de baixo carbono. Olhando outros países, o mercado de carbono é sempre tido como sendo uma pedra angular do conjunto de políticas climáticas e aqui não será diferente. Embora o perfil de emissões do Brasil tenha diferenças em relação a outros países, com peso maior em determinados setores, ainda assim o SBCE acaba que, direta ou indiretamente, afeta positivamente todos os setores da economia ao criar um preço de referência para o carbono”, ressalta o secretário executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, que está à frente do [Novo Brasil – Plano de Transformação Ecológica](#).

“O mercado de carbono regulado, explica Dubeux, traz potencial para gerar novas oportunidades econômicas em diferentes setores e é central na estratégia de desenvolvimento econômico e social sustentável do Novo Brasil. A possibilidade de integrar práticas sustentáveis ao sistema de compensação de emissões pode abrir espaço para iniciativas que valorizam a preservação ambiental e o uso consciente dos recursos naturais. Além disso, o compromisso do Brasil com a redução das emissões de gases de efeito estufa projeta uma perspectiva de longo prazo, alinhada com as metas globais de descarbonização e o fortalecimento de uma economia mais verde e inclusiva”.

Projeções do Banco Mundial indicam que o sistema tem potencial para impulsionar o crescimento do PIB, o que se reflete em aumento da renda da população e, principalmente, no cumprimento do objetivo central da política: a redução das emissões de gases de efeito estufa. “Enquanto em outros países o esforço de

redução de emissão é sempre encarado como sendo um custo, aqui há uma verdadeira oportunidade”, afirma Dubeux.

José Pedro Bastos Neves avalia que o Brasil acumula vantagens que o posicionam em lugar de destaque no mundo para atrair investimentos externos em projetos ambientais e climáticos: “A posição do Brasil no mundo é muito favorável para atrair investimentos em projetos sustentáveis. Nossa matriz energética limpa, temos muitos territórios para fazer regeneração florestal e manejo sustentável, por exemplo e a produção agrícola brasileira é muito grande e pode gerar créditos a partir de agricultura generativa, manejo de solo e outras técnicas de baixo carbono”, destaca.

O que muda com a regulação?

O mercado regulado de carbono estabelece metas de GEE para as atividades econômicas abrangidas pela lei. Empresas que não atingirem suas metas de redução de emissões poderão comprar permissões de emissão, conhecidas como Cotas Brasileiras de Emissão (CBEs), de empresas que estiverem abaixo do limite. Esse mecanismo cria um sistema de compra e venda destas cotas, funcionando como um incentivo financeiro para que as indústrias adotem práticas produtivas mais limpas e eficientes. Com isso, empresas que investirem em tecnologias de baixo carbono podem obter vantagens competitivas, enquanto aquelas que não se adequarem estarão sujeitas a custos adicionais.

A lógica do mercado de carbono é baseada no conceito de *cap-and-trade*. O governo define o teto total de emissões permitidas para o país e distribui ou leiloa CBEs para as empresas, que podem usá-las para compensar suas emissões ou negociá-las no mercado. Esse mecanismo se diferencia do mercado voluntário, no qual a participação não é obrigatória. Com a regulamentação, o Brasil passa a ter

um sistema obrigatório e fiscalizado. Isso significa que o governo poderá aplicar sanções para empresas que não se adequarem às normas estabelecidas.

“Primeiro cada empresa dentro deste mercado declara quanto a sua atividade emite e com base nestas declarações e as metas do Acordo de Paris, o governo define o ritmo e a distribuição por setor para as reduções das emissões”, explica Neves. De acordo com o coordenador-geral, nem sempre todas as empresas conseguem reduzir ou remover as emissões de gases de efeito estufa conforme o desejado por elas ou determinado pelo governo. “É neste caso que surge o mercado de carbono. Trata-se de uma troca. Quem reduz mais que a meta ganha dinheiro e quem precisa compensar: paga”, conclui.

A lei também apresenta novidades para o mercado voluntário, que opera com a adesão espontânea de empresa. “O mercado de carbono voluntário funciona quando as empresas por conta própria assumem metas para reduzir emissões e compram créditos de carbono de quem já fez isso. A segunda forma, a do mercado de carbono regulado, é o governo exigindo que as empresas descarbonizem”, elucida Neves. Tais novidades aumentarão o potencial deste mercado e incluem a definição da natureza jurídica destes ativos.

O potencial de investimentos externos é um dos principais atrativos da nova lei, que também apresenta definições importantes para o mercado voluntário, como a da natureza jurídica destes ativos. Empresas globais que operam em mercados regulados de carbono, como a União Europeia, têm interesse em adquirir créditos de carbono de outros países para compensar suas emissões. O Brasil, com sua vasta cobertura florestal e expertise em práticas agrícolas de baixo carbono, se posiciona como um dos maiores exportadores potenciais de créditos de carbono do mundo.

“O Brasil tem o objetivo de zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050 e, para conseguir isso, a gente precisa mobilizar esforços em várias frentes, desde

zerar o desmatamento até implementar políticas transformadoras como Plano de Transformação Ecológica. O mercado de carbono surge como uma ferramenta estratégica capaz de atrair os investimentos necessários para descarbonização e impulsionar inovações verdes para viabilizar essas mudanças”, complementa Neves

Como será a implementação do SBCE?

A implementação do SBCE será gradual e está dividida em cinco fases principais. O objetivo mais importante é garantir previsibilidade e segurança jurídica para as empresas reguladas, além de atrair investimentos internacionais e posicionar o Brasil como protagonista no mercado global de carbono. Essa transição controlada busca evitar impactos bruscos na economia, ao mesmo tempo em que oferece às empresas a oportunidade de se adequar gradualmente às novas regras.

- Fase 1 (12 a 24 meses): regulamentação inicial, criação do órgão gestor e definição dos setores que serão regulados. Nesse momento, serão definidos os detalhes operacionais do sistema e as bases jurídicas para o funcionamento do mercado.
- Fase 2 (12 meses): operacionalização do sistema de monitoramento, relato e verificação (MRV) das emissões. As empresas terão de reportar suas emissões de forma padronizada, criando uma base de dados que permitirá a fiscalização do mercado.
- Fase 3 (24 meses): início da obrigação de apresentar relatórios de emissões e planos de monitoramento, o que fornecerá os dados necessários para o primeiro Plano Nacional de Alocação (PNA).
- Fase 4: início do primeiro ciclo de alocação de CBEs e operacionalização dos primeiros leilões. Será publicado o PNA, que definirá as regras de distribuição de cotas e o volume inicial disponível para o mercado. Nessa fase, as primeiras CBEs começam a ser emitidas e negociadas, com a participação das empresas reguladas.

- Fase 5: implementação plena do mercado, com o primeiro leilão de CBEs e o início do mercado secundário, que permitirá negociações entre empresas.

“A implementação do mercado de carbono é um desafio, porque mesmo já tendo outras experiências de outros países, é um mecanismo inteiramente novo para nossa economia. Já temos um mercado voluntário funcionando, mas ele nem se compara com a complexidade de um mercado regulado. Temos clareza que, apesar de muito relevante, a gente ainda vai levar alguns anos para ter um mercado plenamente funcionando aqui no Brasil”, avalia Dubeux.

Segundo o secretário executivo adjunto, a legislação estabelece prazos para implementação. A expectativa é que o mercado esteja completamente operacional nos próximos cinco anos. “No cronograma que está definido pela lei, o próximo ano será totalmente dedicado para a regulamentação. Na sequência teremos um período de criação de mecanismos de mensuração para que as empresas que estão no mercado regulado, ou seja, aquelas que emitem mais de 25 mil toneladas de CO2 equivalente por ano, [...] e só depois teremos o primeiro Plano Nacional de Alocação que definirá o teto e a distribuição entre os setores”, explicou.

Durante esse período, o Brasil contará com apoio técnico do Banco Mundial, por meio do programa *Partnership for Market Implementation* (PMI), que já contribuiu com experiências internacionais para a elaboração do Roteiro de Implementação do SBCE.

O SBCE é um pilar estratégico do Novo Brasil, Plano de Transformação Ecológica do Ministério da Fazenda, inspirado em modelos internacionais de sucesso. O Novo Brasil tem como objetivo promover uma transição econômica, tecnológica e cultural rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável. A iniciativa busca integrar os biomas brasileiros com a geração de riqueza e a distribuição mais equitativa de recursos econômicos. Além de fomentar novas oportunidades econômicas, o plano

visa melhorar a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, posicionando o Brasil como protagonista na agenda climática global.

Durante a COP29, no Azerbaijão, o Brasil submeteu sua [NDC atualizada à Convenção do Clima](#), reafirmando metas de redução de GEE para 2035, com corte entre 59% e 67% em relação a 2005. O plano inclui todos os setores da economia e projeta uma redução absoluta de emissões entre 1,05 e 0,85 gigatoneladas de CO2. A meta faz parte de uma estratégia mais ampla para reposicionar o Brasil no cenário climático global, recuperando a ambição inicial assumida no Acordo de Paris.

Categoria

Finanças, Impostos e Gestão Pública

Tags: [PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICOMERCADO DE CARBONOMUDANÇAS CLIMÁTICAS](#)

TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Sanção do marco legal do mercado de carbono é celebrada no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Disponível em

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/sancao-do-marco-legal-d>

[o-mercado-de-carbono-e-celebrada-no-conselho-de-desenvolvimento-economico-social-sustentavel](#)

Conquista é parte estratégica do Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica do Governo Federal

Publicado em 13/12/2024 10h30 Atualizado em 13/12/2024 11h03

A sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva da lei que regula o mercado de créditos de carbono no Brasil foi celebrada com entusiasmo nesta quinta-feira (12/12), na 4ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. O mercado de carbono faz parte do [Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica](#), que visa gerar empregos qualificados, maior valor agregado e densidade tecnológica na produção, além de reduzir as desigualdades.

Para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a [Lei 15.042/2024](#) representa um passo importante na estratégia do governo para garantir o crescimento sustentável rumo à economia verde. “Essa legislação se insere em um conjunto de leis que tratam ainda de biocombustíveis, etanol, biodiesel, SAF [combustível sustentável de aviação], biofertilizantes, energia eólica e solar, entre outras. Hoje, entregamos um livro sobre o Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica, com as mais de 100 ações em curso entre vários ministérios”, disse o ministro durante a reunião do Conselho.

Haddad elogiou os relatores — o deputado Aliel Machado e a senadora Leila Barros — e ressaltou que a relação entre ecologia e economia está se tornando padrão internacional. Ele lembrou que a experiência brasileira é inspiração para outros países. O ministro também mencionou outras conquistas do governo neste ano, como a Reforma Tributária e o acordo entre Mercosul e União Europeia. “O Brasil se

torna um local seguro tanto do ponto de vista jurídico, como político e ambiental, para tornar investimentos viáveis e rentáveis”, completou.

Mercado

A lei que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) estabelece as bases para a criação de um mercado regulado de carbono no Brasil, trazendo mudança significativa na forma como as emissões de gases de efeito estufa (GEE) são controladas e monetizadas. Esse mercado fixa limites de emissões de gases de efeito estufa para grandes empresas, que, ano a ano, vão diminuindo, além de permitir o comércio dos chamados créditos de carbono.

As empresas que não atingirem suas metas de redução de emissões poderão comprar permissões de emissão de quem estiver abaixo do limite. Esse mecanismo cria um sistema de compra e venda destas cotas, funcionando como um incentivo financeiro para que as indústrias adotem práticas produtivas mais limpas e eficientes.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, destacou a importância da lei para a bioeconomia, uma das seis missões da [Nova Indústria Brasil](#), política lançada em 2024, com referência ainda à agroindústria, saúde, infraestrutura, transição digital e defesa e soberania. “Temos como metas de descarbonização ampliar em 27% a participação de biocombustíveis e elétricos na matriz energética de transporte até 2026, e em 50% até 2033”, adiantou Alckmin.

Entre outras políticas do Plano de Transformação Ecológica, o vice-presidente mencionou o [Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação \(Mover\)](#), que trouxe vantagens tributárias para veículos mais sustentáveis e menos poluentes, garantindo avanço na produção de tecnologias para mobilidade e logística. “Estamos

investindo R\$ 3,5 bilhões para aumentar a eficiência energética”, comentou, em referência aos incentivos fiscais concedidos pelo programa em 2024. Sobre o [Portal Único Siscomex](#), ele afirmou que a expectativa é de redução de R\$ 24 milhões, por ano, no Custo Brasil. “O Portal Único desburocratiza, simplifica, reduz custo e favorece acordos comerciais”, concluiu.

Equilíbrio de contas

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, ressaltou que “é difícil, mas possível equilibrar as contas mantendo a responsabilidade social e o compromisso com o meio ambiente”. Para comprovar, ele apresentou indicadores sociais, como queda da pobreza, da extrema pobreza e do desemprego, além do aumento da renda domiciliar per capita; trouxe indicadores econômicos, como aumento no Produto Interno Bruto (PIB). Citou a melhora fiscal, com aumento das receitas públicas, e a atração de investimentos.

“Agora vivemos o desafio de manter a credibilidade e mostrar que estamos no caminho certo, ao lado da justiça, tributando quem tem capacidade econômica para pagar o tributo, revendo o benefício injustificado. Temos que garantir que as políticas sociais sejam eficientes. A trajetória positiva da economia brasileira precisa continuar no biênio 2025-2026, com a consolidação fiscal caminhando com justiça tributária, inclusão social e compromisso ambiental”, completou.

Mercado de Carbono

Disponível em

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/mercado-de-carbono>

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, aprovado em 11 de dezembro de 2024, é um marco do Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica. Inspirado em experiências internacionais bem-sucedidas, ele estabelece um teto para emissões de gases do efeito estufa - reduzido anualmente - em atividades econômicas de grande porte. Empresas de grande porte terão que obter quotas para atividades poluentes e as que reduzirem suas emissões poderão negociar as licenças excedentes com outras empresas que necessitam de quota adicional. Além disso, algumas atividades poderão resultar em compensações e gerar créditos, como a captura e a estocagem de carbono e o reflorestamento.

Esse modelo garante uma redução gradual das emissões, incentivando inovação e melhorias nos processos produtivos. O objetivo final é a neutralidade de carbono até 2050, alinhada ao compromisso do Brasil no combate às mudanças climáticas.

UM MERCADO DE OPORTUNIDADES

Com o novo sistema, é possível reduzir as emissões de gases de efeito estufa no Brasil ao menor custo possível, porque as reduções ocorrem nas áreas em que o impacto financeiro é menor. Ao mesmo tempo, os recursos oriundos das quotas são destinados a investimentos em inovação tecnológica que possibilitam no futuro a descarbonização de outros setores e ganhos de produtividade.

Além disso, os créditos de carbono se tornam ativos financeiros negociáveis, impulsionando um mercado dinâmico e criando oportunidades de investimento sustentável. O Brasil se consolida como líder na transição para uma economia de baixo carbono, atraindo investimentos verdes e fortalecendo sua competitividade global.

Além disso, o sistema gera empregos qualificados em setores estratégicos, como biotecnologia, energias renováveis e recuperação florestal, promovendo crescimento econômico sustentável.

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões reafirma o compromisso do Brasil com o Acordo de Paris, gerando crescimento econômico através da nova economia verde. Esse é o caminho para um futuro sustentável, competitivo e próspero para todos.